



1 **ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA REFERENTE AO LICENCIAMENTO**
2 **AMBIENTAL DA COGERAÇÃO DE ENERGIA DO EMPREENDIMENTO LDC**
3 **BIOENERGIA S.A. – FILIAL PASSA TEMPO, MUNICÍPIO DE RIO**
4 **BRILHANTE/MS.**

5
6 Aos 07 (sete) dias do mês de julho de 2010, às 19 horas, foi realizada a Audiência Pública
7 referente ao licenciamento ambiental da cogeração de energia do empreendimento LDC
8 Boenergia S.A. – Filial Passa Tempo, no auditório da Câmara Municipal, no município
9 de Rio Brilhante/MS. A Audiência Pública teve início com a palavra do representante do
10 cerimonial, Senhor Josiel Quintino dos Santos que cumprimentou todos os presentes e em
11 nome do Secretário de Estado de Meio Ambiente, do Planejamento, da Ciência e
12 Tecnologia – SEMAC e do Instituto de Meio Ambiente do Estado de Mato Grosso do Sul
13 – IMASUL tinha a honra de receber a todos para a Audiência Pública de apresentação
14 do Estudo de Impacto Ambiental, referente ao licenciamento ambiental da Cogeração de
15 Energia do empreendimento LDC Bioenergia S.A. - filial Passa Tempo. Explicou que a
16 Audiência é composta por dois blocos: no primeiro, todos assistirão as apresentações do
17 empreendimento e dos estudos ambientais e, após um breve intervalo, no segundo bloco,
18 os debates. A seguir, para presidir a mesa diretora da Audiência Pública convidou o
19 Senhor Pedro Mendes Neto, Assessor Jurídico da Diretoria de Desenvolvimento do
20 IMASUL, no ato representando o Secretário de Estado de Meio Ambiente, do
21 Planejamento, da Ciência e Tecnologia – SEMAC, Senhor Carlos Alberto Negreiros Said
22 Menezes. Convidou, também, para compor a mesa diretora, as seguintes autoridades:
23 Senhor Felipe Cavalcante, Assessor do Gabinete da Diretoria de Desenvolvimento do
24 IMASUL para secretariar a Audiência Pública; a Senhora Tânia Mara Cerveira de Castro,
25 Vice-Prefeita de Rio Brilhante, no ato representando o Prefeito Municipal Donato Lopes
26 da Silva; o Engenheiro Mauro Martins, Diretor de Engenharia da LDC-SEV; o Doutor
27 Juliano Albuquerque, Promotor de Justiça da Comarca de Rio Brilhante; o Senhor Paulo
28 Aurélio Arruda de Vasconcelos, Gerente Executivo da Biosul – Associação dos
29 Produtores de Bioenergia do Mato Grosso do Sul; o Engenheiro Wagner Henrique
30 Samorano, Diretor da Samorano Consultoria Ambiental Ltda., empresa contratada para a
31 apresentação do RIMA – Relatório de Impacto Ambiental. Formada a mesa, todos
32 ficaram de pé para ouvirem o Hino Nacional Brasileiro. Após, o cerimonialista registrou
33 e agradeceu as presenças das seguintes autoridades que se fizeram anunciar no
34 cerimonial: Senhor José Aparecido Serasení, Gerente Corporativo de Segurança da LDC;
35 Senhora Luciane Fernandes Benatti, Gerente da Samorano Consultoria Ambiental Ltda;
36 Senhora Maria Carmen Carlino, Secretária Executiva do Conselho Municipal de
37 Desenvolvimento Sustentável – CMDS; Senhor Gerson Marques, da Agenfa; Senhor
38 Aleson Alípio Cândido, Secretário de Desenvolvimento de Rio Brilhante. Feito este
39 registro, convidou o Senhor Pedro Mendes Neto para presidir a mesa diretora da
40 Audiência Pública e apresentar as suas normas. Inicialmente, ele cumprimentou todos os
41 presentes e em nome do Secretário de Estado de Meio Ambiente, Carlos Alberto
42 Negreiros Said Menezes, declarou aberta a Audiência Pública que visa apresentar o
43 empreendimento e os estudos ambientais que fundamentam o licenciamento da LDC



44 Bioenergia S.A. - filial Passa Tempo na atividade de cogeração de energia elétrica.
45 Explicou que a Audiência Pública, no âmbito do licenciamento ambiental no Estado de
46 Mato Grosso do Sul, é regida pela Resolução SEMA Nº 04 de 1989, da qual fez uma
47 breve leitura destacando seus principais pontos: “Resolução SEMA N. 4/89 disciplina a
48 realização de Audiências Públicas no processo de licenciamento de atividades poluidoras.
49 As atividades ou empreendimentos que no processo do licenciamento estiverem sujeitas a
50 apresentação de Estudo de Impacto Ambiental e Relatório de Impacto Ambiental poderão
51 ser submetidas à realização de Audiências Públicas. A Audiência tem como objetivo
52 divulgar informações, recolher opiniões, críticas e sugestões de segmentos da população
53 interessada na implantação de determinados empreendimentos utilizadores de recursos
54 ambientais ou modificadores do meio ambiente, com o fim de subsidiar a decisão quanto
55 ao seu licenciamento. Além do mediador e secretário da mesa comporão a mesa de
56 trabalhos representantes do empreendedor e equipe multidisciplinar que elaborou os
57 estudos ambientais, podendo ser convidados a integrar a mesa de trabalhos autoridades
58 municipais da área de influência do empreendimento. A função do mediador será
59 exercida pelo secretário ou seu representante e os presentes deverão assinar livro de
60 presença antes do início da Audiência. Iniciada a Audiência o mediador exporá as regras
61 segundo as quais esta se processará, passando a palavra ao representante do
62 empreendedor para a apresentação do projeto pelo prazo de vinte minutos, seguindo-se a
63 apresentação do Relatório de Impacto Ambiental pelo prazo de trinta minutos. Será
64 distribuído aos presentes folheto explicativo do procedimento da Audiência, listando os
65 principais impactos ambientais do projeto em análise e as medidas mitigadoras
66 preconizadas. Terminadas as apresentações o mediador anunciará o intervalo de 15
67 minutos, possibilitando ao secretário da mesa colher perguntas para a participação no
68 debate. Os participantes poderão formular questões mediante o preenchimento de
69 formulário próprio, devidamente identificado com clareza e objetividade. O tempo
70 destinado aos debates será igual à soma dos tempos fixados anteriormente coordenado
71 pelo mediador que deverá levar em conta o número de perguntas inscritas para a duração
72 da sessão, podendo prorrogá-la por mais uma hora. Encerrada a reunião o secretário
73 providenciará a lavratura da ata que ficará à disposição dos interessados no Departamento
74 de Licenciamento da Secretaria de Meio Ambiente” Terminada a leitura, o Senhor Pedro
75 Mendes ressaltou que todos foram convidados a assinar a lista de presença, receberam os
76 folders explicativos dos procedimentos listando impactos e medidas mitigadoras, bem
77 como receberam uma ficha para as perguntas que participarão do debate no segundo
78 bloco. Explicou que cada ficha deve conter apenas uma pergunta e as pessoas têm ao seu
79 dispor, junto ao cerimonial, tantas fichas quantas forem necessárias para suas perguntas.
80 Solicitou que os presentes mantivessem os celulares desligados ou no modo silencioso de
81 forma a não prejudicar as apresentações. Explicou que as perguntas inscritas para a
82 participação no debate somente serão lidas e respondidas se os seus autores
83 permanecerem no plenário durante o debate; havendo perguntas cujos autores tenham se
84 ausentado, as mesmas irão para o processo do licenciamento, serão analisadas pela
85 equipe técnica, porém não serão lidas e respondidas na Audiência. Feitas essas
86 considerações, retornou a palavra ao representante do cerimonial. Senhor Josiel Quintino



87 que convidou o Engenheiro Mauro Martins, Diretor de Engenharia da LDC-SEV para
88 fazer a apresentação do empreendimento. Inicialmente, ele cumprimentou e agradeceu a
89 presença de todos, achando importante a participação para que tirem todas as dúvidas,
90 colocando-se à disposição. Novamente com a palavra, o representante do cerimonial
91 convidou a Senhora Tânia Mara Cerveira de Castro, Vice-Prefeita de Rio Brilhante para
92 seu pronunciamento. Ela cumprimentou o Senhor Pedro Mendes representante da
93 Secretaria de Estado de Meio Ambiente e do IMASUL; o Doutor Juliano, Promotor de
94 Meio Ambiente; o Senhor Mauro Martins que representa a LDC; os demais membros da
95 mesa, as autoridades, a população presente. Em nome do Prefeito Municipal ela desejou
96 uma Audiência profícua, esperando que, realmente, as metas sejam cumpridas. Explicou
97 que, atualmente, a LDC é uma parceira no desenvolvimento do município, da região e
98 que tal parceria tem deixado todos satisfeitos pelo trabalho, pela forma com que a LDC
99 tem levado a sério o atendimento aos programas sociais e, especificamente, a construção
100 de uma creche que já funciona no bairro Benedito Rondon. Informou que um novo
101 Centro de Educação Infantil no Pró-Moradia 14, estará iniciando no final do mês ou no
102 próximo mês de agosto. Lembrou ao Engenheiro Mauro Martins que todos estão
103 aguardando, com bastante ansiedade, e esperando que os programas sociais sejam
104 instalados no município e que as secretarias municipais pertinentes estarão buscando a
105 direção da LDC, porque os municípios necessitam de parceiros nos campos de
106 atendimento ao ser humano, às famílias porque também fazem parte do desenvolvimento
107 e necessita que a LDC cumpra sua parte e que estará atenta a isso. Desejou que a
108 Audiência atenda aos que estão presentes e deseja que a LDC continue parceira no
109 desenvolvimento sustentável de toda região. A seguir, foi dada a palavra ao Doutor
110 Juliano Albuquerque, Promotor de Justiça. Inicialmente, ele cumprimentou todos os
111 presentes e na pessoa do Doutor Pedro, representante do IMASUL, na pessoa da Vice-
112 Prefeita Tânia e do Senhor Mauro, cumprimentou as autoridades da mesa e também os
113 representantes dos consultores. O Promotor enfatizou que apesar de ser uma Audiência
114 Pública, infelizmente, o público de Rio Brilhante não prestigia, observando que os
115 presentes, em sua maioria, eram funcionários da usina, membros da Prefeitura e algumas
116 pessoas que trabalham na área. Ressaltou que Audiência Pública é para que a população
117 participe do crescimento do empreendimento, da modernização do empreendimento de
118 alguma forma, questionando, opinando e para isso é importante a participação da
119 população, mas que não estava presente para lamentar, sendo apenas uma constatação
120 porque já é a quarta Audiência Pública e ele tem participado de todas porque ele vê a sua
121 participação como uma obrigação, tanto para escutar como para apresentar alguns
122 questionamentos. Deixou claro que, se a população não está, o Ministério Público está
123 para ouvir e também desejar sucesso a todos. Com a palavra, o representante do
124 cerimonial convidou as autoridades componentes da mesa a assumirem seus lugares na
125 plenária para melhor assistirem as apresentações. A seguir, registrou e agradeceu a
126 presença do Senhor José Maria, o Nô, Vereador de Rio Brilhante, e para fazer a
127 apresentação do empreendimento convidou o Engenheiro Mauro Martins, Diretor de
128 Engenharia da LDC- SEV. Ele explicou que faria uma breve apresentação do que é a
129 LDC-SEV e o que a LDC representa dentro do Grupo Louis Dreyfus Commodities.



130 Explicou que, atualmente, a LDC-SEV, em função da fusão da LDC Bioenergia e do
131 Grupo Santelisa Vale, a LDC Bioenergia teve um crescimento anual; nos últimos anos
132 vem crescendo em torno de 35%, 36% ao ano, sendo uma empresa com alto nível de
133 gestão de risco, é uma empresa oriunda de trading, tem uma sinergia muito grande com a
134 LDC Commodities. Informou que a empresa tem uma tradição muito grande no
135 comércio, em função de trabalhar como trading já há mais de cinquenta anos no Brasil,
136 tendo uma forte solidez financeira. Do outro lado, continuou, existe a Santelisa Vale, com
137 a qual foi feita a fusão, que tem uma excelente base de ativos, com cinco unidades
138 processando, praticamente, vinte milhões de toneladas, uma grande experiência e tradição
139 no setor sucroalcooleiro. Explicou que a Santelisa é uma empresa familiar que se fundiu
140 com outra empresa, a Vale, formando a Santelisa Vale, ambas tendo uma experiência de
141 muitos anos no setor e sólidos conhecimentos técnicos. Informou que dentro do Grupo
142 Santelisa Vale tem um pessoal técnico muito bom que tem sido aproveitado para todo o
143 Grupo. Atualmente, continuou o empreendedor, a LDC-SEV é a segunda maior energia,
144 é a segunda maior empresa no mundo de energia renovável e também o segundo maior
145 produtor de açúcar e álcool do mundo, possuindo treze unidades, assim dispostas: três em
146 Mato Grosso do Sul, duas no Nordeste, uma em Minas Gerais e o restante no Estado de
147 São Paulo, possuindo um terminal em Santos, ficando a matriz na cidade de São Paulo.
148 Atualmente, continuou dentro do ranking do setor açúcar e álcool a empresa está em
149 primeiro na COSAN, com sessenta milhões de toneladas e a LDC-SEV em segundo
150 lugar, com quarenta milhões de toneladas processadas, depois a BUNGE e a GUARANI.
151 Atualmente, continuou, a LDC-SEV presa pela forte governança corporativa, pela LDC
152 Commodities, o acionista da Santelisa Vale, possuindo um grupo de investidores que dão
153 um equilíbrio à estrutura acionária. Ressaltou que é uma grande empresa no setor, uma
154 associação única entre uma multinacional e agroindústria e uma experiente empresa do
155 setor sucroalcooleiro. Reiterou que a empresa tem uma governança corporativa
156 reconhecida pelas maiores instituições financeiras, sendo importante, principalmente o
157 BNDES, Bancos Privados, Bradesco, Santander, Itaú que fazem parte do grupo de
158 investidores e é só no valor do processo de consolidação. Na grandeza da usina,
159 continuou, 61% de cana própria, sendo gestão de *clusters*, por regiões, hoje possuindo
160 quatro *clusters*: um em São Paulo/Norte, onde estão as usinas do norte de São Paulo e a
161 de Minas; *cluster* São Paulo/Sul, *cluster* Mato Grosso do Sul e o *cluster* Nordeste. O
162 empreendedor ressaltou que a empresa tem um posicionamento geográfico privilegiado,
163 em função de logística, principalmente. Atualmente, continuou, a grande sacada da LDC-
164 SEV é a capacidade de capturar as oportunidades; em função de se administrar por
165 *clusters*, tem-se um grande ganho de escala, sendo importante porque consegue uma
166 sinergia muito grande entre as unidades que compõem o *cluster*. Em função disso, se
167 consegue uma redução de custo em função da escala. Repetiu que, atualmente, tem-se
168 63% de cana própria, rendimentos elevados de produtividade, estando com 330.000 h de
169 cana plantada. Em relação à colheita, 75% é mecanizada; em Mato Grosso do Sul
170 praticamente com 100% de colheita própria e mecanizada. A tendência é chegar, até
171 2012, a 100% da colheita mecanizada. Explicou que o empreendimento possui uma
172 tecnologia alta de equipamentos, utilizando o sistema GPS e sensoriamento remoto



173 integrado ao processo de colheita. Na área de processamento, continuou o empreendedor,
174 a empresa tem maiores que a média de unidades industriais, tendo uma flexibilidade
175 grande, com a utilização de *cluster*, uma capacidade de cogeração, atualmente, de 1
176 GWh de geração de energia e uma eficiência industrial alta. Em relação à logística,
177 continuou, em função do posicionamento das unidades, tem um fácil acesso aos terminais
178 portuários, possuindo terminais em Santos e em Paranaguá. Na questão de vendas, a
179 empresa tem uma crescente demanda do etanol no mercado interno, em função dos
180 veículos FLEX, o que tem ajudado a alavancar as vendas e um constante crescimento na
181 demanda mundial do açúcar, estando o mercado, atualmente, em crescimento constante.
182 Ressaltou que os valores da empresa são: comprometimento, humildade,
183 empreendedorismo e diversidade, tendo um propósito de gerar valor de forma eficiente e
184 sustentável, criando oportunidades no universo das *commodities* e a missão, em cada
185 setor onde atua, é ser a empresa mais eficiente e rentável, ocupando sempre uma posição
186 de destaque entre os maiores. Em relação à sustentabilidade, o empreendedor explicou
187 que a LDC-SEV realiza diversos programas em defesa da natureza, promove Educação
188 Ambiental junto a parceiros, comunidades e colaboradores, promove beneficiamento e
189 aproveitamento ou total reaproveitamento de seus subprodutos e realiza tratamento e
190 destinação adequada de efluentes; atua rigidamente, conforme a Legislação Ambiental
191 Brasileira em respeito à natureza, incentiva a reprodução e o plantio de mudas de árvores
192 e espécies nativas, em parceria com a comunidade. Ressaltou que a empresa desenvolve
193 alguns programas sociais, responsabilidade social e a sua política de ações sociais é
194 apoiar projetos e instituições que promovam, principalmente, o desenvolvimento da
195 saúde de crianças, adolescentes e idosos. Ressaltou que, praticamente, 2.700 crianças
196 participaram dos programas sociais da empresa. O empreendedor informou que a
197 empresa tem um programa de sustentabilidade social que ainda está sendo desenvolvido e
198 que será apresentado em breve. Continuando, o empreendedor falou da Louis Dreyfus
199 Commodities: faz parte de um grupo Francês Louis Dreyfus, que era sediada em Paris e,
200 atualmente é sediada em Genebra, na Holanda. Tem algumas operações na Suíça, atua no
201 mercado de commodities agrícolas há mais de 160 anos, figura entre as líderes de
202 mercado em todas as plataformas de atuação, atua na comercialização, produção,
203 organização, armazenamento, processamento e frete de soja, trigo, arroz, commodities em
204 geral; conta com 34 mil colaboradores no mundo, possui um faturamento de 34 bilhões
205 de dólares, isso até em 2009, é a primeira no mundo no mercado de algodão. Atualmente,
206 continuou, a Dreyfus, e a segunda maior empresa global em açúcar e etanol, estando
207 presente em 75 países, com 75 escritórios distribuídos em várias regiões, praticamente no
208 mundo todo, inclusive no Brasil. Ressaltou que a LDC encontra-se no Brasil desde a
209 década de quarenta, sendo a empresa COIMBRA, Comércio de Indústrias Brasileiras,
210 com sede em São Paulo e, atualmente, está entre os dez maiores exportadores do Brasil;
211 conta com 29.000 colaboradores, sendo 20.000 fixos e 9.000 safristas e possui um
212 faturamento atual, no Brasil de 3,4 bilhões. Ressaltou que são algumas plataformas;
213 atualmente tem-se a LDC-SEV, que é a Suprialcool, produzindo energia também, a parte
214 de grãos, citros, café e algodão. Ressaltou que, atualmente, no Brasil são os primeiros
215 exportadores. Concluindo a sua apresentação, mostrou um mapa, mais ou menos



216 indicando onde estão as plataformas distribuídas no Brasil e também as usinas.
217 Terminada a apresentação do empreendedor, o Senhor Josiel Quintino, responsável pelo
218 cerimonial, informou que coube a ele a responsabilidade de falar sobre o processo
219 industrial do empreendimento. Apresentou-se como Josiel Quintino dos Santos,
220 Engenheiro Metalúrgico, especialista em gestão e planejamento ambiental, pós-graduado
221 em organização de eventos, como também radialista. A seguir, informou que a
222 Unidade Termoelétrica da LDC Bioenergia S.A., filial Passa Tempo, está instalada à
223 Rodovia 267, Rio Brillhante/Maracaju, Km 321, município de Rio Brillhante, nas
224 coordenadas geográficas registradas. A capacidade de moagem de cana-de-açúcar da
225 unidade industrial, a Filial Passa Tempo, é de 3,5 milhões de toneladas de cana por ano,
226 que produzirá bagaço para ser queimado e gerar energia elétrica. Tem capacidade de
227 produzir 3,776 milhões de sacas de açúcar por ano e 182.000 m³ de etanol/ano. A partir
228 da produção do açúcar e do etanol e a geração do resíduo, que é o bagaço de cana, que vai
229 produzir energia elétrica. Continuando, falou da situação atual da unidade: possui 2
230 turbos geradores de 10 mw/h cada um; na expansão, em 2012, produzirá energia elétrica
231 para consumo próprio de 30 mw/h, um excedente de 10Mw/h e serão disponibilizados
232 para comercialização, ou seja, lançado na rede da Enersul 40 mw/h em um total de 80
233 mw/h, funcionando em 2012. Senhor Quintino ressaltou que para operar todo o sistema
234 haverá necessidade da geração de empregos e que na fase de instalação, em nível superior
235 a absorção de 03 profissionais de nível superior, 16 de nível médio, 54 profissionais de
236 mão de obra qualificada e 42 de mão de obra não qualificada, em um total de 115 postos
237 de trabalho. Na fase de operação serão necessários 02 profissionais de nível superior, 24
238 de nível médio, em um total de 26 profissionais operando a unidade termoelétrica. A
239 seguir, informou que explicaria o que acontece depois que a moenda produziu o caldo de
240 cana que vai produzir açúcar e álcool e gera o bagaço que, tradicionalmente, ia para o
241 lixo e que já há muitos anos a LDC dá um destino mais nobre ao citado resíduo que, após
242 a moenda, tem dois destinos: um diretamente para a caldeira para alimentar a fornalha da
243 caldeira e o excedente vai para o pátio, sendo armazenado para, após, ser removido
244 também, em situações de parada da moenda para manutenção ou entre safra; de qualquer
245 forma o seu destino é nobre, produzindo energia. A seguir, explicou o que é uma caldeira,
246 lembrando do navio a vapor e da Maria fumaça que possuíam o mesmo processo de
247 funcionamento da caldeira: um combustível sendo queimado, gerando calor, produzindo
248 energia térmica fazendo com que a água entre em ebulição. Nesse momento, fez menção
249 à panela de pressão, mais conhecida de todos, falando da forma como ela funciona,
250 comparando tal funcionamento em escala industrial, com tamanho maior que uma casa,
251 uma caldeira com pressões de vapor monstruosa, liberando o vapor que é conduzido por
252 tubulações para uma turbina chamada turbo gerador, que gira igual um ventilador. No
253 caso da turbina, vai movimentar o gerador de energia elétrica e o vapor gerado na
254 caldeira, na casa de força vai movimentar e transformar a energia térmica em energia
255 mecânica e é o giro da turbina que vai produzir energia elétrica e vapor para movimentar
256 a moenda, se ela for acionada a vapor ou energia elétrica para movimentar os motores da
257 moenda, se ela for a energia elétrica. O sistema de combustão do bagaço, continuou, vai
258 gerar, além do calor que vai fazer com que a água se transforme em vapor, vai gerar



259 também emissões atmosféricas, resíduos e gases, mostrando um sistema que conduz por
260 tubulações para um ciclone que retém a maior parte do material particulado, da fuligem e
261 daí para um lavador de gases, onde o gás recebe um banho de água sendo removido todo
262 o restante da fuligem; a água arrasta a fuligem para um tanque, o decantador/flotador,
263 que separa a água do resíduo sólido, que é a fuligem, sendo removida depois, indo para
264 a lavoura; a água tratada retorna ao processo, em um circuito fechado, não havendo
265 lançamentos para o esgoto. Senhor Quintino lembrou que na limpeza da fornalha da
266 caldeira, existe um cinzeiro e a cinza também é removida, seguindo para o tanque
267 decantador/flotador, misturando-se com a fuligem que vai na fumaça, indo para a lavoura
268 também. Explicou que é um sistema bem simples, mas que promove uma recuperação
269 ambiental muito grande, de algo que antes era resíduo e passou a ser energia. Ressaltou
270 que, em anexo a LDC Bioenergia - Filial Passa Tempo será instalada a Usina
271 Termoelétrica UTE, em processo de cogeração, que suprirá as necessidades de vapor e
272 energia elétrica do processo produtivo e gerará excedente de energia elétrica, objetivando
273 a comercialização, como já havia sido explicado. A seguir, falou do processo de
274 cogeração de energia: o processo de obtenção de energia elétrica, conhecido como
275 cogeração, pode ser definido como a produção combinada de calor, calor útil e trabalho
276 mecânico, geralmente convertido total ou parcialmente em energia elétrica, como já havia
277 sido mostrado anteriormente. O combustível para a geração de energia primária, a energia
278 térmica, para a produção da energia elétrica é a biomassa, o bagaço de cana que alimenta
279 a fornalha da caldeira onde é queimado e a energia térmica liberada, transforma a água
280 em vapor; o vapor, sob alta pressão, aciona a turbina acoplada ao gerador de energia
281 elétrica. A seguir, mostrou um esquema de como funciona. Lembrou que a cana sai da
282 lavoura por caminhões, indo para a usina, sendo processada; o bagaço vai direto, ou para
283 o pátio, onde é empilhado, ou direto para a fornalha, onde é queimado, aquecendo a água
284 da caldeira, gerando vapor, acionando a turbina que, por sua vez, gera a energia elétrica
285 que é ligada a rede, no caso à Enersul. Explicou que o gás da combustão é lavado e já
286 limpo e isento de impurezas, pode ser lançado na chaminé, lembrando que a chaminé terá
287 plataformas para medição e controle do IMASUL. Terminada a sua apresentação, Senhor
288 Quintino informou que a próxima apresentação seria sobre os Estudos Ambientais. Antes
289 de iniciar os estudos ambientais, ele mencionou a equipe que elaborou o Estudo de
290 Impacto Ambiental que estava à disposição de todos. A elaboração do Estudo de Impacto
291 Ambiental esteve sob a responsabilidade da equipe técnica da Fundação Candido
292 Rondon, sob a coordenação geral de Marcelo Castro Pereira, Engenheiro Agrônomo,
293 mestre em agronegócios e doutor em Geografia Humana, como também do Ido Luiz
294 Michels, Economista doutor em Geografia Humana. A coordenação executiva esteve sob
295 a responsabilidade de Jordana Duenha Rodrigues, Economista, mestre em agronegócios;
296 Angela Maria Frata, Economista, mestre em agronegócios também e Liz Damasceno de
297 Oliveira, Turismóloga, mestre em Meio Ambiente e Desenvolvimento Regional. O apoio
298 técnico administrativo esteve sob a responsabilidade de Maria Schierholt, Meio Físico
299 Geologia, Geomorfologia e Hidrogeologia sob a responsabilidade do Luiz Paiva Geólogo
300 Ambiental, mestre em Meio Ambiente e Desenvolvimento Regional. Ruído, sob a
301 responsabilidade de Laís Berro Gomes, Engenheira Sanitarista e Ambiental; Meio Físico



302 e Qualidade do Ar foi elaborado por Enio Arriero Schinma, Engenheiro Civil, mestre em
303 Recursos Hídricos e Saneamento Ambiental, doutor em Recursos Hídricos e Saneamento
304 e Armando Garcia Arnal Barbedo, Engenheiro Civil, mestre em Recursos Hídricos e
305 Saneamento Ambiental; no Solo, o trabalho foi desenvolvido por Rosa Maria Schunke,
306 Engenheira Agrônoma, mestre em Solos e Nutrição de Plantas e doutora em Ciência do
307 Solo, como também Thyely Belluzzo Grubert, estagiária graduada em Engenharia
308 Agrônômica. Meio Físico, aspectos meteorológicos e climáticos esteve sob a
309 responsabilidade de Julio Cesar Gonçalves, Geógrafo, doutor em Geografia, Meio
310 Biótico. Fauna, Marcos de Barros Costacurta, Biólogo, mestre em Meio Ambiente e
311 Desenvolvimento Regional. Flora, foi desenvolvida por Juscelia Dias Dutra, Bióloga,
312 mestranda em Biologia Vegetal e como também por Silvia Maria Albuquerque de Souza,
313 Bióloga, especialista em Gestão Ambiental e mestra em Meio Ambiente e
314 Desenvolvimento Regional. Meio Físico, Biótico, Qualidade das Águas, foi elaborado
315 por Eva Teixeira dos Santos, mestre em Engenharia Ambiental; Meio Antrópico foi
316 desenvolvido na área de patrimônio histórico, cultural e arqueológico por Gilson Rodolfo
317 Martins, doutor em Arqueologia; a área sócio-econômica desenvolvido por Ângela
318 Maria Frata, Economista e mestre em agronegócios. A equipe de apoio: Adelson José
319 Milanez, desenhista cadista e Daniela Castro Pereira Brito, Assistente Operacional. Para
320 fazer a apresentação dos Estudos Ambientais e o diligenciamento na obtenção da Licença
321 Prévia foi contratada a empresa Samorano Consultoria Ambiental Ltda. A seguir, para
322 fazer a apresentação dos Estudos Ambientais convidou a Senhora Luciane Fernandes
323 Benatti, Bióloga, Matemática e especialista em Biologia Geral e Direito Ambiental,
324 Gerente da Samorano Consultoria Ambiental. Inicialmente, ela cumprimentou todos os
325 presentes, agradecendo a presença. Informou que o diretor da Samorano Ambiental é o
326 Senhor Wagner Samorano e que ela apresentaria um resumo dos Estudos Ambientais que
327 foram elaborados para analisar a implantação do empreendimento, com o funcionamento
328 da cogeração na área pretendida. Explicou que, para os Estudos Ambientais, foi
329 considerada a área da usina e o seu entorno, onde existem as vias de acesso, os corpos
330 hídricos, os remanescentes vegetais, rodovia e o município de Rio Brillante porque é
331 estudada, também, a parte do meio antrópico, as pessoas que estão envolvidas no
332 empreendimento. A seguir, mostrou uma vista aérea da área, propriamente, da usina e o
333 ponto onde haverá a implantação da cogeração. Em relação ao diagnóstico ambiental,
334 toda a equipe citada anteriormente pelo Senhor Quintino, trabalhou para verificar como
335 encontra-se o ambiente, a vegetação, a fauna, o solo, as águas, o ar, a população do
336 entorno, o município. E diante disso, continuou, foi possível analisar os impactos e as
337 medidas necessárias para o desenvolvimento do empreendimento. Dentro desse
338 diagnóstico, a Geologia estuda a formação da crosta terrestre, a formação das rochas que,
339 atualmente, se encontram na região. Informou que foi diagnosticado o Grupo Caiuá, uma
340 formação de rochas arenitos-rochosos, compostos por grãos finos e pequenos de areia que
341 se agruparam com um cimento natural e formaram as rochas, mais em regiões de morros.
342 Logo abaixo e na região onde encontra-se a área da usina, existe a formação Serra Geral,
343 com a formação de rochas basálticas que se formaram por erupções vulcânicas que
344 forma o latossolo vermelho, que é um solo bastante agricultável, excelente para o plantio.



345 Então, continuou, a Usina Passa Tempo encontra-se nessa região. Ressaltou que uma
346 característica muito importante desse tipo de formação é que caracteriza-se por solos
347 planos, regiões planas, com um tipo de solo bastante coeso, firme, uma região plana e,
348 com isso, uma suscetibilidade à erosão muito fraca, com pouca possibilidade de erosão.
349 No estudo da Geomorfologia, continuou a consultora, foram considerados a interação de
350 rochas, o solo, o relevo e o clima. Ressaltou que a região encontra-se no Planalto de
351 Maracaju, com altitude em torno de 323m acima do nível do mar, uma declividade
352 inferior a 2% no sentido norte-nordeste, na direção do rio Vacaria. Então, continuou, as
353 características são muito boas para áreas agricultáveis, com declive pequeno, com regiões
354 planas possibilitando que o fluxo de águas pluviais, seja lento com maior absorção, sem
355 carrear, sem formação de erosões. A seguir, mostrou uma imagem da região, constatando
356 que é uma área bastante plana. Em relação aos solos, explicou que em toda área do
357 entorno foi feito um encaminhamento e recolhidas amostras de solo e feita análise para
358 diagnosticar o tipo de solo, sendo os tipos mais freqüentes, em maior porcentagem, o
359 latossolo vermelho férrico, o latossolo vermelho distrófico e o gleissolo hápico, com a
360 predominância do latossolo vermelho férrico e, logo em seguida, os latossolos vermelhos
361 distróficos, que são solos muito agricultáveis, solos bons, com boa nutrição para a planta,
362 com boa profundidade, bem drenados e não acumulam água, sendo características
363 importantes, com grânulos na sua composição, com bastante argila. Explicou que a argila
364 é formada de grânulos pequenos e finos que, agrupados, dão uma plasticidade, uma
365 moldabilidade muito boa ao solo, fazendo com que seja um solo firme, coeso, não se
366 desmanchando e dissolvendo muito facilmente. Como ponto negativo, explicou que nas
367 vias de acesso, a passagem dos veículos constante vai moldando e marcando a passagem
368 e, por isso, as vias de acesso necessitam de constante manutenção, mas que, para área de
369 agricultura, de plantio, é excelente, sendo um solo bastante fácil para o manejo. Em
370 relação ao gleissolo hápico, explicou que é um tipo de solo encontrado apenas próximos
371 aos corpos hídricos, aos córregos, aos rios, é um solo que sofre influência do lençol
372 freático, que está bem próximo, sendo áreas onde ocorrem inundações, áreas de várzea;
373 não são área agricultáveis, não são de interesses para a agricultura, para o plantio, são
374 áreas geralmente preservadas, onde não há interferência. Em relação aos recursos
375 hídricos, continuou a consultora, a área da usina encontra-se entre os córregos Passa
376 Tempo, Caçadinha e córrego da Divisa, sendo recolhidas amostras da água, feita análise,
377 não só com relação às questões químico/física, mas bacteriológicas e também aos
378 microrganismos e outros seres que vivem nas águas, como os peixes. Explicou que os
379 corpos hídricos subterrâneos, como os poços, também foram estudados, Ressaltou que na
380 região, o lençol freático varia de 3 a 5m de profundidade, não sendo aflorante. A
381 consultora informou que os córregos Passa Tempo, da Caçadinha e da Divisa pertencem à
382 sub bacia do rio Vacaria, que está dentro da sub bacia do rio Ivinhema, bacia do rio
383 Paraná. Em relação à vegetação, explicou que na área da usina não tem vegetação, sendo
384 uma área totalmente antropizada, com construções, mas existindo remanescentes no
385 entorno, na área de influência, em volta da usina, que são áreas de reserva legal, áreas de
386 preservação permanente e outros remanescentes de vegetação. No levantamento
387 realizado, verificou-se todas as características da região e encontrada mata semidecidual,



388 mostrando-se fotos. A consultora explicou o que é uma mata semidecidual: em certos
389 períodos do ano, principalmente período de seca, perde parcialmente suas folhas e que o
390 cerrado, propriamente dito, é o cerrado característico da região Centro-Oeste, com
391 árvores de tronco retorcido e casca grossa. Foram encontradas as matas ciliares e aluviais
392 que ficam nas margens dos corpos hídricos, inclusive no levantamento realizado,
393 constatou-se que as matas em volta dos recursos hídricos estão bastante preservadas,
394 sendo muito importante, porque ela protege, mantém o solo, evita carreamento de
395 partículas, no caso de chuva, sendo uma proteção para os recursos hídricos. Continuando,
396 a consultora informou que foi estudada também a vegetação aquática, elódia, aguapés,
397 que é a vegetação que cresce no próprio corpo hídrico. Todo esse levantamento, as
398 espécies encontradas, tudo foi listado, identificado, caracterizado para que, futuramente,
399 possam ser escolhidos bioindicadores, fazer as parcelas onde serão monitoradas a
400 vegetação, para saber como está o equilíbrio. Atualmente, continuou, a Louis Dreyfus já
401 faz monitoramento na área da usina, o qual continuará, também, com o funcionamento da
402 cogeração. Explicou que a fauna também foi estudada nas áreas de remanescente. No
403 levantamento da herpetofauna, foram estudados anfíbios e répteis como sapo, rã, perereca,
404 cobras e lagartos. Todos esses grupos, continuou, foram estudados; o levantamento é
405 feito através de visualização, onde os animais são capturados, identificados e retornados
406 ao ambiente, com todos os cuidados necessários. Além da herpetofauna, também foi feito o
407 levantamento da avifauna, que são as aves; da mastofauna, que são os mamíferos
408 pequenos e grandes e da ictiofauna, que são os peixes. A seguir, mostrou algumas fotos
409 de espécimes encontradas, bem como de vestígios, como a marca de patas e fezes, sendo
410 tudo muito importante para o levantamento de fauna. Informou que macro invertebrados
411 bentônicos são animais pequeninos que ficam nos corpos hídricos, entre eles anelídeos,
412 moluscos, minhocinhas, caramujinhos que também foram estudados, tanto no meio
413 terrestre, quanto no meio aquático. Os bioindicadores encontrados servem para,
414 futuramente, fazer o monitoramento e a verificação da qualidade do ambiente. Em
415 relação ao clima da região, a consultora explicou que é um clima tropical, com
416 temperaturas médias, agradáveis. Ele tem uma caracterização de mesotérmico úmido de
417 estiagem, que significa chuvoso no verão e seca na época do inverno, com pouca chuva.
418 As temperaturas médias em torno de 30° e as mínimas, 18°. Ventos predominantes
419 sudeste 31%, com a velocidade em torno de 3 km/h, mostrando um gráfico dos ventos.
420 Em relação às emissões atmosféricas, a consultora explicou que o clima é um ponto
421 importante no estudo das emissões. Foram feitos os estudos de dispersão, simulando as
422 piores condições, que não vão ocorrer, mas se ocorressem seriam de particulados e gases.
423 A consultora explicou que o estudo de dispersão simulou com a velocidade dos ventos,
424 com a direção dos ventos, com os gases que são emitidos, com volume desses gases,
425 obtendo-se, em relação à partículas, um valor muito abaixo do que é preconizado, que é
426 permitido pela Resolução Conama que determina os valores máximos primários e
427 secundários. Então, continuou, o valor obtido foi abaixo, no pior cenário. E também para
428 o NO₂, uma emissão 80 µg/m³ em 1h, também abaixo do preconizado pela legislação, que
429 seria o máximo de 320 em primários e 190 secundários µg/m³. Então, continuou, foi
430 realizado o estudo que demonstrou que a dispersão ainda é bem abaixo do que é



431 permitido pela lei e se ocorresse o pior cenário, seria a 900m do ponto de emissão, não
432 alcançando nem a área de agrovila da usina. Também foram estudados os ruídos porque a
433 usina possui equipamentos que geram ruídos, sendo feitas medições de pontos, tanto na
434 área da planta industrial, quanto na área de agrovila, de alojamentos, e constatou-se que
435 não ocorreu muito barulho em ponto nenhum, não existindo esse nível de ruído nem
436 próximo dos maquinários, das moendas e de todos os equipamentos da usina. O estudo
437 constatou o barulho moderado, muito silencioso e tranquilo, na área da agrovila. Então,
438 continuou, houve um nível de ruído muito tranquilo, dentro dos padrões aceitáveis e sem
439 problemas nenhum nas medições atuais. Em relação ao levantamento do patrimônio
440 histórico e cultural da região, a Arqueologia, sabe-se que a região é privilegiada porque
441 existe ali uma fazenda muito antiga que possui ainda sua sede preservada em estado
442 parcial, que é a sede da Fazenda Alegrete, que tem um histórico, é um patrimônio
443 histórico cultural importantíssimo do estado de MS, o cemitério da fazenda Alegrete, e o
444 cemitério Velho. Tudo foi levantado, registrado no IPHAN – Instituto do Patrimônio
445 Histórico Cultural. Em relação à socioeconomia, um item importantíssimo para o
446 município, para se saber como está, o que existe em Rio Brilhante e no seu entorno, tanto
447 na área urbana, quanto na área rural. A consultora explicou que nesses estudos foram
448 considerados vários itens: o produto interno bruto per capita, que considera a dimensão
449 econômica da população, como ela está economicamente; o desenvolvimento humano
450 que considera educação, renda e longevidade da população, também importante para
451 verificar a qualidade de vida e verificar como isso vai acontecer ao longo dos anos;
452 modificações, alterações, melhorias, Imposto de Circulação de Mercadorias e Serviços –
453 ICMS. Numa representação gráfica, foi demonstrado que, atualmente, o comércio e a
454 pecuária, a pecuária e agricultura estão em maior representatividade. A indústria ainda
455 tem sua representação pequena para o município de Rio Brilhante, está crescendo, sendo
456 essa a pretensão. Foi considerado, o nível escolar dos estudantes, como esses estudantes
457 estão tendo acesso ao tratamento, saneamento básico do município. Diante de todos esses
458 itens que foram levantados, a equipe fez análise de como está esse ambiente. E também
459 verificando o processo de cogeração, continuou a consultora, que impactos podem
460 acontecer com a implantação da cogeração, existindo impactos que são positivos,
461 necessitando aumentá-los, fazer com que maximizem, porque são bons e os impactos
462 negativos, que é preciso reduzir, por que não é muito interessante. Tanto foi considerada
463 a fase de instalação quanto à de operação. Foram listados alguns impactos: aumento
464 direto e indireto da arrecadação e tributos, sendo positivo, porque precisa-se maximizar
465 com retenção de imposto na fonte; aumento de geração de emprego e renda, que também
466 é muito positivo porque pode ser priorizada a mão-de-obra local e prover convênios com
467 sistema S para treinamento da mão-de-obra local, para o aproveitamento da população;
468 alteração de fluxo de veículos, no período da implantação, porque a movimentação é
469 necessária pra levar materiais, fazendo a sinalização adequada das vias de acesso,
470 evitando, com isso, acidentes; a umidificação, evitando a emissão de partículas, de
471 poeira; alteração no quadro de saúde pública, por conta da movimentação de pessoas, o
472 próprio trabalho em si, para isso disponibilização de ambulatório na área da usina. A
473 consultora informou que a usina tem um ambulatório para atender a população que



474 trabalha, que circula, minimizando o efeito que poderia ser direto no sistema de saúde
475 pública do município; geração de resíduos sólidos e sanitários, com a destinação do lixo
476 com separação para reciclagem, encaminhamento do que não é aproveitado na reciclagem
477 para o sistema de disposição municipal e estação de tratamento de esgoto. Atualmente, a
478 LDC conta com uma Estação de Tratamento de Esgoto; alteração de qualidade de ar,
479 água e solo, outro impacto que pode ocorrer e para evitá-lo são instalados filtros e
480 sistemas de tratamento de efluentes, sendo um monitoramento permanente das emissões
481 atmosféricas, dos recursos hídricos, e do solo, verificando se algo está alterando a
482 qualidade; perturbação da fauna, existindo um monitoramento constante para verificar se
483 está ocorrendo algum desequilíbrio, se diminuiu alguma espécie, se surgiu alguma nova.
484 A consultora informou que tais resultados são entregues, periodicamente, à Secretaria de
485 Meio Ambiente; uso de EPIs para proteção individual dos trabalhadores, protetores
486 auriculares; outro impacto, geração de cinza e fuligem da caldeira, que é um resíduo
487 gerado, mas que, atualmente, é reutilizada, não sendo mais um problema. O impacto é
488 negativo porque ele é gerado, mas a medida mitigadora já resolve com reutilização destes
489 resíduos nas áreas de reformas de canaviais, servindo de fertilizante; outro impacto,
490 emissões atmosféricas, como a consultora já havia comentado, instala-se multiciclones e
491 lavadores de gases, diminuindo os problemas de emissões. A seguir, falou dos
492 Programas Ambientais propostos, com a finalidade de mitigar os impactos negativos ou
493 a maximização dos impactos positivos. Informou que A LDC propõe-se a fazer
494 Programas de monitoramento de solos, Controle do processo de erosão e assoreamento,
495 Programa de gerenciamento de resíduos e, com relação à reciclagem, a destinação
496 adequada dos resíduos oleosos, de resíduos contaminados, os óleos e graxas, com a
497 destinação adequada, monitoramento e registro; Programa de gestão e uso eficiente de
498 água, sendo muito importante o valor a ser dado a água, com permanente
499 monitoramento de qualidade das águas superficiais, subterrâneas e pluviais; Recuperação
500 e manutenção de áreas de preservação permanente caso necessária, área própria da usina;
501 Recuperação e compensação de reserva legal de área da usina; Programa de controle de
502 emissões atmosféricas, faz-se a medição em chaminé para verificar como está lançando,
503 se está dentro dos padrões; Monitoramento da fauna terrestre e das comunidades
504 aquáticas; Programa de inventário, restauração, e conservação de estruturas históricas
505 edificadas na área influenciada pelo empreendimento; Programa de apoio a infra-
506 estrutura social, como já havia sido comentado na abertura da Audiência; Programa de
507 monitoramento e controle de ruídos; Programa de compensação ambiental, que é um
508 dispositivo legal que é exercido pela Secretaria do Meio Ambiente, no qual é calculado
509 um grau de impacto e um valor para esse impacto, sendo o valor repassado da LDC
510 para Secretaria de Meio Ambiente, na reutilização em benefício ao meio ambiente;
511 Comunicação social e educação patrimonial, junto com os colaboradores e população
512 influenciada da área de influência. A consultora enfatizou que, diante da análise
513 executada, pode-se verificar que o empreendimento contará com contínuo
514 monitoramento, sendo apresentado ao órgão ambiental, da instalação até sua fase de
515 operação. A empresa adotará tecnologias compatíveis com as exigências para a
516 manutenção dos padrões ambientais e, por isso, a empresa consultora entende como



517 viável a instalação e operação da atividade pretendida, adotando-se os requisitos
518 estabelecidos no Estudo de Impacto Ambiental, conforme o colocado e sugerido.
519 Enfatizou que tal estudo foi entregue à Secretaria de Meio Ambiente, disponibilizado às
520 universidades, foi analisado por profissionais, comprovando toda situação e como
521 funcionaria esse empreendimento, a cogeração de energia que, atualmente, traz benefícios
522 ao empreendimento. A consultora agradeceu a atenção de todos, esperando ter
523 esclarecido e, qualquer dúvida, a equipe estará a disposição. Com a palavra, o
524 responsável pelo cerimonial informou que, à partir daquele momento, as recepcionistas
525 estariam recolhendo as fichas de perguntas que deverão ser preenchidas com letra bem
526 legível e identificadas. A seguir, anunciou um intervalo de 15 minutos.
527 Após o intervalo, o responsável pelo cerimonial retomou as atividades da Audiência
528 Pública, convidando para presidir a mesa diretora dos debates o Senhor Pedro Mendes
529 Neto, Assessor Jurídico da Diretoria de Desenvolvimento e para compor a mesa dos
530 debates convidou o Senhor Felipe Cavalcante, Assessor do Gabinete da Diretoria de
531 Desenvolvimento do IMASUL, que fará a função de secretário da mesa de debates; o
532 Eng. Mauro Martins, Diretor de Engenharia da LDC-SEV; o Eng. Wagner Henrique
533 Samorano, Diretor da Samorano Consultoria Ambiental LTda.; a Bióloga Luciane
534 Fernandes Benatti, Gerente da Samorano Consultoria Ambiental Ltda.. Formada a mesa,
535 lembrou que as perguntas deverão ser formuladas por escrito e que as fichas de perguntas
536 poderão ser solicitadas a qualquer momento, às recepcionistas e após preenchidas serão
537 encaminhadas à mesa diretora. A seguir, convidou o Senhor Pedro Mendes Neto,
538 Presidente da Mesa Diretora dos debates da Audiência Pública para fazer a leitura de suas
539 regras. Senhor Pedro explicou os procedimentos do debate, ressaltando que só serão
540 respondidas as perguntas cujos autores estiverem presentes, caso contrário a pergunta fará
541 parte do processo de licenciamento ambiental da LDC, mas não será lida e respondida na
542 presente Audiência. Feito os esclarecimentos necessários, iniciou o debate com a 1ª
543 pergunta, do Senhor Evandro Nogueira Barbosa, Eng. Agrônomo, direcionada ao
544 consultor: A emissão de partículas, poeira, na Unidade Termoelétrica está legal. E a
545 poeira nas vias de acesso a essa Unidade Termoelétrica? Resposta da consultora Luciane
546 Fernandes Benatti: “A questão é assim; tanto o monitoramento ou levantamento ele é
547 feito com relação ao monitoramento da chaminé, onde são colhidas amostras diretamente
548 na chaminé, quanto no ar do entorno. Então as amostras, os equipamentos fazem
549 medições na chaminé, fazem medições na área do entorno da usina e fazem medições
550 dentro do município de Rio Brillhante. Então esses três pontos são monitorados,
551 verificados. Até hoje, os relatórios, os boletins emitidos pela análise constataram dentro
552 dos padrões, dentro dos parâmetros permitidos pela lei. E lógico, quando ocorre muita
553 poeira por ventanias e veículos passando, ocorre a aspersão das vias, joga-se água,
554 pulveriza água nas vias de acesso. Mas todas as medições estiveram dentro dos
555 parâmetros.” Não satisfeito com a resposta, Senhor Evandro manifestou-se ao microfone:
556 “Eu queria... a pergunta em si até você respondeu, agora a gente... a questão é a seguinte:
557 para se fazer a geração de energia produz-se o bagaço, o bagaço vem das lavouras para
558 todo processo de produção. Como você disse, a característica do solo favorece muito a
559 poeira. O que estamos vendo, hoje, no município de Rio Brillhante, todas as vias que são



560 utilizadas na lavoura de cana, com o aumento que teve da instalação da usina Rio
561 Brilhante e o aumento da Usina Passa Tempo é que a poeira, hoje, está um fator muito
562 prejudicial para a produção e para as pessoas. Pode olhar que as estradas que dão acesso à
563 usina onde são trazidas a cana dos canaviais e as lavouras de milho estão todas tomadas
564 de poeira. As plantas estão secando prematuramente. As áreas de pastagens, os animais
565 não pastam mais, a faixa das estradas e as pessoas que vivem na... a minha voz está assim
566 por causa da poeira, eu trabalho na zona rural, tenho uma propriedade e assisto outras
567 propriedades na zona rural, em função da poeira. Então, é um problema muito sério. Não
568 estou aqui para dizer que a usina tem que resolver esse problema. Mas eu acho que é uma
569 questão para o município, para a região. Tem que resolver esse problema, tem que achar
570 uma forma de solucionar esse problema. Porque o município também vai ser prejudicado
571 pela redução da produção agrícola e problemas de saúde das pessoas, das crianças que
572 vêm nos ônibus da zona rural pra estudar, isso aí pode ser verificado. Acho que seria um
573 fato importante no projeto ser verificado essa condição.” Resposta da consultora Luciane
574 Fernandes Benatti: “É importante a observação, será sim anotado e dentro dos programas
575 teremos a possibilidade, o que pode ser auxiliado ao município para alguma providência
576 que tenha efeito mitigatório sobre essa questão.” 2ª pergunta, do Senhor Evandro
577 Nogueira, direcionada ao consultor: Como a energia produzida chegará à rede da
578 Enersul? A pergunta foi respondida pelo Engº Mauro Martins, empreendedor: “Bom, a
579 energia será escoada através de linhas de transmissão, uma linha de transmissão que será
580 construída pela Louis Dreyfus e no qual o ponto de conexão que nós não sabemos ainda,
581 que isso é uma definição da ANEEL. Nós temos três pontos de conexão possíveis, pode
582 ser Rio Brilhante, pode ser Maracaju, pode ser na LCG de Sidrolândia. Nós temos aí um
583 pedido de conexão, isso está na ANEEL e na NOS, estamos aguardando um
584 posicionamento desses órgãos para que a gente possa desenvolver o projeto dessa linha
585 de transmissão.” Senhor Evandro manifestou-se ao microfone: “É um ponto porque o
586 projeto... não está previsto ali no projeto a Linha de Transmissão. A pergunta... se a
587 Secretaria... acho que a Secretaria não pode responder, mas se tem algum projeto...
588 acontece mesma coisa que aconteceu com o projeto de instalação dessa Usina Rio
589 Brilhante aqui. No dia da apresentação da Audiência Pública, foi o mesmo consultor, ele
590 apresentou todo o projeto e que a vinhaça seria retirada por caminhões pipa da usina e
591 levada para a lavoura. Olhando prontamente a gente sabia que era impossível fazer isso.
592 O que aconteceu? Tempos depois teve que negociar com os proprietários de terras no
593 entorno da usina para fazer o escoamento da vinhaça. Então, faz um projeto e instala uma
594 unidade termoeletrica, aí não tem o projeto da rede, amanhã ou depois a rede tem que
595 passar em área de preservação ambiental. Como que fica? Então, não entendo como pode
596 ser liberado um projeto sem ter um projeto completo. Então, essa é minha preocupação
597 como que... não teria que estar esse projeto completo? Tirando todos os impactos
598 ambientais?” Resposta do empreendedor: “Evandro. Funciona assim mesmo. O Estudo de
599 Impacto Ambiental ele vai licenciar a cogeração. E para a implantação da linha de
600 transmissão é feito um Estudo Ambiental Preliminar, é um “EAP”. Esse, da mesma forma
601 é feito uma caracterização do local, um diagnóstico, é feito uma análise de impacto, são
602 feitas alternativas locais. Isso tudo é proposto e analisado pela Secretaria de Meio



603 Ambiente. Então, é dessa forma mesmo que funciona mesmo o licenciamento. E ele é um
604 processo separado. A partir do momento que houver uma definição do empreendedor
605 junto com a ANEEL, o ponto, aí sim ele vai fazer um projeto elétrico, tudo mais. E em
606 cima desse projeto é feito todo o estudo ambiental e analisado pela Secretaria de Meio
607 Ambiente, envolve Licença Prévia, Licença de Instalação e Licença de Operação igual a
608 qualquer outro empreendimento. Como passou a usina, como está passando a cogeração
609 agora e como passará a linha de transmissão e subestação.” A consultora Luciane Benatti
610 também se manifestou: Só em complementação, é o seguinte: as fases do licenciamento
611 previsto pelo manual de licenciamento, que é um instrumento legal, ele prevê três; a
612 Prévia, o local e depois a Instalação, depois a Operação. Às vezes, acontece alguma
613 alteração entre a Prévia e a Instalação. Essas alterações são apresentadas na Licença de
614 Instalação e analisadas pela Secretaria de Meio Ambiente e só se aprovadas são
615 instaladas. Não ocorre sem a aprovação.” Senhor Pedro, o mediador também se
616 manifestou: “Ressalvando, em complementação até ao que o Eng. Evandro citou, na
617 Audiência Pública, a Secretaria e o IMASUL, participam como gerenciadores da
618 Audiência. Então nós não estamos autorizados a emitir respostas aos questionamentos
619 apresentados, ok?” 3ª pergunta, de Anamaria Campos Freitas, Arquiteta/ Conselho
620 Municipal de Desenvolvimento Sustentável, direcionada ao consultor: Existe um
621 cronograma para a implantação dos programas e planos ambientais apresentados? Caso
622 afirmativo, qual o prazo previsto? Resposta da consultora Luciane Benatti: “Esses
623 programas têm cronograma, sim. Na fase da Licença Prévia, só é apresentado uma
624 sugestão de programas. Depois na fase, quando aprova o local para etapa seguinte do
625 licenciamento, que é a Licença de Instalação, é apresentado o Programa Básico
626 Ambiental, PBA. Neste PBA apresenta-se o cronograma já, cada programa com sua
627 metodologia, objetivo, periodicidade. Então, esse cronograma vai ser gerado na próxima
628 fase. Então, ali, por exemplo, define a vegetação, vai monitorar, trimestralmente, ou
629 semestralmente, o que vai ser feito anualmente. Então, já sai na próxima fase, todo esse
630 cronograma, com objetivos, com tudo.” A Arquiteta Anamaria manifestou-se ao
631 microfone: “Pergunta quanto ao programa que você respondeu seria para a recuperação
632 dos recursos naturais. Minha pergunta foi a respeito dos programas sociais apresentados
633 no folder”. Resposta da consultora: “Todos os programas de monitoramento que inclusive
634 inclui Educação Ambiental, Comunicação Social, de apoio à infraestrutura, todos os
635 programas têm sua periodicidade e são incluídos nesse PBA, com cronograma de
636 execução.” Arquiteta Anamaria: “Sim, mas aí é apresentado à sociedade? Nós não
637 tivemos acesso ao anterior, ainda.” Resposta da consultora: “Ele é entregue ao IMASUL.
638 É um instrumento para o licenciamento. A Comunicação Social, quando o IMASUL
639 aprovar, porque ele pode pedir alguma alteração, então quando ele aprovar, aí a execução
640 do Programa de Comunicação Social vai disponibilizar isso junto à sociedade.
641 Atualmente, nós estamos com um Programa de Comunicação Social que disponibiliza
642 junto às escolas. Tem a escola com a qual se trabalha aqui no município e uma das coisas
643 que se deve fazer é a divulgação desses resultados, desse Programa de Monitoramento”.
644 4ª pergunta, de Maria Carmem Carlino, Psicopedagoga, Secretária Executiva do
645 Conselho Municipal de Desenvolvimento, direcionada ao empreendedor: O Conselho



646 Municipal de Desenvolvimento Sustentável, solicita cópia na íntegra desta Audiência
647 Pública.. Resposta do mediador, Pedro Mendes: “Conselheira, da forma como nós
648 explicamos já na leitura da Resolução, no início da Audiência, a ata referente a essa
649 Audiência, ela é transcrita posteriormente, está sendo gravada para isso. E fica disponível
650 na Secretaria para tanto. Não... o empreendedor tem esse... ele terá também cópia da ata,
651 no processo de licenciamento consta uma cópia da ata, mas ela fica à disposição, na
652 Secretária, ao público.” Manifestação da Senhora Maria Carmem Carlino: “Exemplo
653 inclusive, eu reforço e faço um adendo à pergunta da Anamaria e dizendo que você
654 respondeu já retorno aí que vocês vão repassar para as escolas. Eu acrescento que se
655 remeta aos conselhos também, principalmente ao Conselho Municipal de
656 Desenvolvimento Sustentável, certo? E quero dizer que da outra Audiência da outra usina
657 nós fizemos o mesmo pedido e nos foi remetido, porque vai servir de estudo e para o
658 nosso trabalho, também no monitoramento de todos os trabalhos dos senhores. Então, se
659 possível nos remeter e ali está a representatividade de toda a sociedade dos organismos
660 do município, obrigado.” 5ª pergunta, do Dr. Juliano Albuquerque, Promotor de Justiça,
661 ao empreendedor. Está descrito como impacto negativo a geração de resíduos sólidos.
662 Para onde serão destinados tais resíduos? No que consiste o Programa de Gerenciamento
663 de tais resíduos e como serão destinados ao município se este não possui local adequado?
664 Resposta da consultora: “Hoje, os resíduos, nós temos a classificação desses resíduos,
665 àqueles que podem ser utilizados para reciclagem são separados e armazenados num
666 depósito apropriado. E assim são destinados para a reciclagem. Existem àqueles resíduos
667 que são contaminados, resíduos perigosos, contaminados de óleos e graxas, estes também
668 são devidamente armazenados e entregues a uma empresa, devidamente habilitada e
669 licenciada para isso. Nós temos empresas que vêm buscar. São empresas de fora que vêm
670 buscar, com veículo apropriado, esse material contaminado e levam para a reciclagem.
671 Porque este óleo, esse material, pode ser destinado à uma cogeração, ele pode ser
672 destinado ao refino, enfim, então existem empresas específicas para destinação desses
673 resíduos contaminados e os resíduos comuns, resíduos domiciliares, considerados
674 resíduos domiciliares, são dispostos na rede pública, na coleta pública do município,
675 como todos os resíduos das casas de vocês. Outro que também é destinado
676 adequadamente, que é o ambulatorial, é entregue ao sistema municipal para o destino
677 adequado, conforme o sistema do município, é o sistema que hoje é disponível ao
678 público.” Manifestação do Promotor, Dr. Juliano: “Boa noite! A sua resposta me deixou
679 mais preocupado ainda, porque é... primeiro, a Audiência passada da ETH eu fiz a mesma
680 pergunta. A empresa ETH, me informou, inclusive tinha representante da... e me deixa
681 preocupado e tem que deixar o IMASUL preocupado também viu, para aprovar, porque a
682 ETH informou que todos os resíduos, isso na teoria, todos os resíduos são fornecidos
683 é...para uma empresa terceirizada para destinação adequada. E a pergunta até seria para o
684 empreendedor, aqui eu vi, fiz a leitura do resumo aqui estava, inclusive na exposição, na
685 tua exposição foi colocado que seria destinado ao município. Primeiro, mais preocupante
686 ainda que você me informou agora que o resíduo de saúde do ambulatório da usina será
687 destinado ao município. Primeiro, o município não tem local adequado, então isso não
688 pode ser destinado ao município. Principalmente, a questão do resíduo de saúde.



689 Segundo, os resíduos normais, o município também não tem um aterro sanitário, uma
690 UPL ou algum outro local licenciado e o IMASUL sabe disso, que o município também
691 não dispõe. Inclusive, hoje eu interpus uma ação, depois de mais de cinco anos tentando
692 negociar com o município para regularizar isso. Hoje, eu interpus uma ação civil pública
693 relacionada a esta questão dos resíduos sólidos; então, na verdade, não seria uma outra
694 pergunta, mas uma colocação que tem que constar nessa ata que não se pode aprovar essa
695 licença de cogeração colocando a destinação dos resíduos ao município, a empresa vai ter
696 que dar uma destinação adequada, seja de saúde, seja aos dejetos, seja os resíduos
697 normais. Então, é nesse ponto; agora, com relação ao problema do município é uma outra
698 situação, não cabe a empresa resolver, isso é uma colocação a se fazer e eu...só uma
699 pergunta, qual é a empresa que recebe esse tipo de resíduo especial que você me
700 colocou?” Resposta da consultora: “A Podium”. Manifestação do Promotor: “A mesma
701 empresa da ETH”. Resposta da consultora, Luciane Benatti: “A Podium esta trabalhando
702 bastante no estado.” Resposta do Promotor: “Então, tá bom.” 6ª pergunta, da conselheira
703 Anamaria/Conselho Municipal de Desenvolvimento Sustentável, referente ao mesmo
704 assunto: Qual seria a destinação e armazenagem dos resíduos sólidos citados, como
705 medidas mitigadoras? O mediador Pedro Mendes indagou se a conselheira considerava a
706 pergunta respondida, o que foi respondido afirmativamente. 7ª pergunta, do Promotor de
707 Justiça, Dr. Juliano Albuquerque, ao empreendedor: Considerando o aumento da
708 produção em razão da cogeração de energia em processo de licenciamento, qual o
709 compromisso da empresa com relação a queima da palha da cana? Resposta do
710 empreendedor, Engº Mauro Martins: “Bom, hoje nós temos uma Lei Municipal, uma Lei
711 Estadual que ela determina o fim de queima da cana a partir de 2012. Hoje, nós estamos
712 nos preparando; nós temos hoje uma unidade de Rio Brilhante com 100% de cana
713 mecanizada, temos duas unidades com 80% e hoje nós colhemos 50% de cana colhida
714 mecanicamente crua. No próximo ano, nós chegaremos a 75% de cana crua colhida
715 mecanicamente; em 2012, nós teremos 100% de cana colhida crua mecanicamente. Não
716 sei se respondi.” Manifestação do Dr. Juliano: “Bom, com relação à queima, também eu
717 fiz a mesma pergunta na Audiência passada e só a título de fazer uma colocação também.
718 Duas situações: Primeiro, que quando a empresa ela informa mecanizada, seria sem a
719 queima da palha?” Resposta do empreendedor: “Não, não significa que a colheita
720 mecanizada seja colhida 100% crua.” Manifestação do Dr. Juliano: “Então, quer dizer
721 que mesmo até 2012 a empresa não assume o compromisso, ou pelo menos não tem a
722 programação, ou pelo menos não trabalha para não efetuar a queima até 2012?” Resposta
723 do empreendedor: “Exato, nós temos aí algumas limitações técnicas, a nível de
724 equipamentos, número de equipamentos, temos algumas limitações de prazo de entrega
725 desses equipamentos para atendimento. Hoje, pela nossa análise, não teríamos como a
726 gente antecipar a finalização da queima. Com certeza, estaremos atendendo para 2012,
727 100% da colheita da cana sem queimar.” Resposta do Promotor: “Até 2012 sem
728 queima?” resposta do empreendedor: “Até 2011, 2012 já não se queima mais.”
729 Manifestação do Dr. Juliano: “Sim, então até 2012, a empresa não efetuara mais queima,
730 esse é o compromisso, esse é o projeto, esse é o programa da empresa?” Resposta do
731 empreendedor: “Exatamente.” Manifestação do Promotor, Dr. Juliano: “Só, desculpa,



732 nesse sentido, só para a gente deixar bem claro. Com relação à queima também, é
733 importante que se diga que foi colocado pela profissional da consultoria, e aí eu não
734 entendo, porque se autoriza a queima, ainda se autoriza a queima, o órgão estadual
735 autoriza. A nossa região, é uma região muito plana e que foi colocado isso muito bem, até
736 da geração da poeira, foi dito aqui que também está sendo prejudicial e, com todo respeito
737 ao Mauro, eu hei de discordar do Mauro, como responsável, como representante da
738 empresa, mas essa, esse argumento de que não há equipamentos disponíveis, eu tenho
739 conhecimento que não conduz com a verdade porque, realmente, as empresas que
740 fornecem equipamentos, as informações que a gente tem no Ministério Público, é que
741 possuem equipamentos disponíveis; então, são duas colocações, o solo é adequado, há
742 equipamentos. No meu ponto de vista, e aí é uma questão pessoal, no meu ponto de vista,
743 não há motivo para ainda se fazer a queima; ainda mais pela tecnologia da empresa, tanto
744 a Rio Brilhante, quanto a Passa Tempo está numa modernização, em processo de
745 modernização. Bem, não estamos falando de uma usina de cinco, dez anos atrás; então, é
746 também essa colocação, e aí depois tenho outra pergunta não relacionada ao meio
747 ambiente, mas relacionada principalmente à saúde pública, depois eu, na outra pergunta
748 eu coloco.” 8ª pergunta, do Dr. Juliano Albuquerque, Promotor de Justiça, direcionada
749 ao consultor: A empresa ainda efetua a queima da palha. Percebemos em época de
750 colheita, a grande quantidade de fuligem que chega até a cidade, isto não é prejudicial a
751 saúde? Resposta da consultora, Luciane Benatti :”Toda alteração provoca alteração, seja
752 no ambiente, seja na saúde enfim, desde que ela atenda os padrões exigidos pela Lei,
753 desde que ela seja permitida, como é, ainda tem autorizações para a queima, isso é porque
754 esta dentro dos limites permitidos. Então existe, por exemplo, épocas em que a Secretaria
755 não autoriza, porque são épocas em que as condições climáticas não são adequadas para
756 isso, estão desfavoráveis, tudo isso é considerado. As alterações existem, mas dentro dos
757 limites permitidos, então nada que esteja fora da Lei.” Manifestação do promotor de
758 Justiça: “Eu acho que estou tossindo, acho que até em razão da queima, mas é... bom ,
759 você não me respondeu a pergunta diretamente, mas tudo bem. Que é prejudicial a saúde
760 é, a gente sabe. Uma outra questão, você me falou que o IMASUL não autoriza a queima,
761 o órgão ambiental não autoriza a queima em épocas que não são adequadas. A gente sabe
762 que a queima efetuada na colheita, normalmente hoje, nessa época, agora é uma época de
763 seca, então até porque não vai fazer a queima na época do plantio quando a cana está
764 crescendo e quando não há necessidade disso. Então, é também, realmente, eu também
765 volto a não entender, além da questão ambiental que eu citei anteriormente; não sou
766 Legislador, não sou Deputado, não sou Senador, não sou Deputado Federal, mas também
767 não entendo, e agora, ontem, tive uma notícia que no Estado de São Paulo, não sei qual
768 usina foi proibida, judicialmente, a efetuar queima, o Estado de São Paulo, não sei se o
769 Mauro tem conhecimento de uma decisão que saiu, não sei qual cidade do Estado de São
770 Paulo. Então, o Judiciário tem enfrentado essa situação, e a gente tem discutido e eu achei
771 interessante também constar na Audiência Pública, justamente por isso, não sei se há
772 profissionais da saúde aqui da consultoria para me responder essa pergunta, eu gostaria
773 que constasse em Ata, se é ou não prejudicial, que é prejudicial a gente sabe, eu como
774 Promotor de Justiça, estou falando, acho que se todo mundo for falar aqui, vai constatar



775 isso.” 9ª pergunta, do Dr. Juliano Albuquerque, promotor de Justiça, direcionada tanto ao
776 empreendedor, quanto ao consultor: No que consiste o Programa de Compensação
777 Ambiental, e se há alguma programa em benefício para Rio Brillante? Resposta da
778 consultora, Luciane Benatti: “O Programa de Compensação Ambiental, ele tem uma
779 Legislação específica, que inclusive agora aprovada, recentemente, se eu não me engano
780 foi em dezembro, e agora recentemente saiu mais um ajuste desse decreto, no qual foi
781 estabelecido um cálculo. Então, existe uma tabela com vários itens, considerações, com
782 pontuações. Você busca no Estudo de Impacto Ambiental e, de acordo com aquilo que
783 vai afetar, que existe ocorrências, são dados pontos. No final, monta-se uma planilha com
784 essa pontuação, faz a somatória e você tem ali a valoração do grau de impacto. Esse
785 valor, ele é transformado, e então você tem o valor em reais. Esse é o valor da
786 compensação, esse é o calculo da compensação, hoje instituído por Lei, Decreto, tudo
787 certinho. Então, a empresa, ela tem que fazer esse cálculo, apresentar ao IMASUL,
788 considerando esses impactos, esse valor, ele é repassado, da LDC, da empresa, da
789 atividade, para o IMASUL, e o IMASUL se responsabiliza pela destinação; aí existe uma
790 Câmara de Compensação dentro do IMASUL que analisa esse grau de impacto, toda essa
791 planilha e então, define para onde vai ser, geralmente unidades de conservação próximas
792 ou que estejam com condições para aplicar esse valor; às vezes, nós temos unidade de
793 conservação que não têm um plano de manejo, que ainda não está estabelecida ou precisa
794 sua regularização; também são destinados valores para essa organização dessa unidade de
795 conservação. Então, esse valor, ele é destinado conforme estabelecido dentro do
796 IMASUL. Ao empreendedor não cabe, ele sugere uma unidade de conservação mais
797 próxima do empreendimento, mas é o IMASUL que vai definir a aplicação desse valor.”
798 Manifestação do Dr. Juliano: “Esse assunto, até nós já tratamos, estive conversando com
799 o Mauro, com o pessoal da empresa, e também com relação a ETH. Primeiro, quando a
800 gente fala em compensação ambiental, é preciso compensar alguma coisa, a própria
801 palavra diz, se é para compensar, compensar alguma situação em Rio Brillante ou pelo
802 menos no âmbito do nosso município. E aí, eu não entendo, eu entendo que é uma
803 Legislação Estadual e tal, que a compensação é em dinheiro que vai para um fundo e esse
804 fundo é administrado por essa Câmara, acaba passando depois para o Conselho Estadual
805 de Meio Ambiente tal, tem uma aprovação e direciona essa verba; mas aí eu até vou fazer
806 uma sugestão, já não sei se o Secretário já recebeu através de um ofício, nesse caso eu
807 também vou fazer uma sugestão, porque existem, e aí a importância da participação da
808 sociedade, existem inúmeros projetos na cidade que a gente, estão emperrados, projetos,
809 vamos falar diretamente do meio ambiente, mas também projetos sociais, estão
810 emperrados, ou seja, parados, porque o município não tem verba para isso ou sei lá, o
811 terceiro setor responsável por isso também, não tem verba para isso. Então, se a empresa
812 está se instalando aqui, e se há necessidade de compensar, a própria Lei exige isso, vamos
813 compensar direcionando a verba pra, e aqui diretamente para o IMASUL, para o nosso
814 município e não para um fundo que daí a gente nunca vai ver isso. E aí vai, vai, não que a
815 destinação não vai ser adequada, mas não vai ser adequada para àquela compensação
816 específica. Então, é uma sugestão, eu vou encaminhar essa sugestão ao Secretário, tenho
817 os meus projetos, não sei se são os melhores ou os que tenham prioridade, vamos analisar



818 por prioridade, mas vejo, sei que a empresa faz trabalho social também, como foi
819 mencionado pela vice prefeita Tânia, mas é importante que essa compensação que a
820 empresa faz, eu não sei se é proibido isso na Legislação, eu até vou analisar o assunto,
821 mas é importante que se conste no estudo e no relatório uma compensação específica pra
822 Rio Brilhante, para fins ambientais, sociais e aí por diante. Seria isso que eu gostaria que
823 constasse também nessa Audiência Pública”. 10ª pergunta, de Maurisandro Duarte,
824 Patrulha Mirim, direcionada ao consultor: Como a energia é gerada pelo vapor, de algum
825 modo poderia se produzir energia pelo vapor da fumaça da Indústria, reduzindo a saída
826 dela? Resposta do empreendedor, Mauro Martins: “Deixa ver se eu entendi, se é aquela
827 fumaça que sai na chaminé, se pode ser utilizada para a geração de energia, é isso a
828 pergunta? Não, infelizmente essa fumaça que aquilo não é fumaça, é um vapor de água
829 que sai ali, mas é um vapor com muito baixa temperatura e uma pressão muito baixa, ela
830 não teria condição de gerar energia. Não teria energia suficiente.” 11ª pergunta, da
831 conselheira Maria Carmen: Os programas de recuperação ou compensação foram
832 elencados para as áreas da usina e quanto às áreas plantadas destinadas à compra da
833 usina, como ficam esses programas, existe uma orientação? Nesse momento, Senhor
834 Pedro Mendes explicou que faria uma leitura complementar de uma questão do Doutor
835 Juliano que se encaixa bem, com a questão apresentada pela conselheira Maria Carmen.,
836 sendo a 12ª pergunta: Com relação aos programas referentes às reservas legais a APP, o
837 que será feito e qual o compromisso da empresa quanto às propriedades de terceiros
838 fornecedores e arrendadas? Resposta do empreendedor, Mauro Martins: “Com relação às
839 áreas arrendadas, o que a gente tem feito é... se a gente arrenda 100% de uma área, uma
840 fazenda por exemplo, tem 100 hectares e a gente arrenda 100%, nós não plantamos os
841 100% da área em cana, nós deixamos uma área de 20% e também levamos em
842 consideração todas as áreas de preservações, as APP's, ok. O que nós temos é um
843 programa de conscientização e a gente tem falado muito com nossos parceiros, a gente
844 tem, inclusive, mandado alguns comunicados para eles, eles tem recebido, de forma
845 orientativa, de forma de orientá-los com relação a essa questão da reserva legal. Não, são
846 áreas arrendadas, hoje nós temos praticamente, 95% de área arrendada, mas... é isso.
847 Josué, poderia me ajudar, é isso né? Não sei se respondi a pergunta, Doutor?
848 Manifestação do Dr. Juliano: “É... Mauro, então são 95%, aproximados, de áreas
849 arrendadas, então esses 5% que são, seriam os terceiros fornecedores?” Resposta do
850 empreendedor: “Exatamente.” Dr. Juliano tornou a se manifestar:”Embora a porcentagem
851 seja pequena mas, da área arrendada, acredito eu, que a maioria da matéria prima da
852 usina, vem de área arrendada. Com certeza, né.? Então, você me informou que vocês não
853 fazem o plantio na área total, mas é... a minha indagação e a minha preocupação é, se a
854 empresa efetua contratos, negócios com propriedades é..ainda, vamos dizer, irregulares,
855 sem a averbação georreferenciada da reserva legal, na APP; a gente não,
856 independentemente de ser terceiro ou não, não se pode, não se pode, não se pode plantar,
857 não se pode explorar essa área, mas com relação à minha preocupação, é com relação à
858 regularização da reserva legal. Bem, porque, por mais que a empresa argumente de que
859 não efetue plantio, a garantia nossa, da sociedade, pra que aquela reserva seja, seja
860 realmente é...vamos dizer é..., que esteja realmente intacta é que ela seja



861 georreferenciada, porque senão, não há possibilidade de fiscalizar a todo momento, a todo
862 período; então, é essa a minha preocupação, se a empresa, realmente, exige o
863 georreferenciamento dos proprietários, dos terceiros, produtores das áreas arrendadas.”
864 Resposta do empreendedor Mauro Martins: “Isso foi até uma preocupação minha hoje,
865 porque eu sabia que alguém ia fazer essa pergunta para nós e a informação que eu tive do
866 departamento responsável é que todos os contratos que nós temos de arrendamento, nós
867 não temos nenhuma propriedade que esteja irregular com relação aí a averbação ou
868 georreferenciamento dessas áreas. Correto?” Manifestação do Promotor de Justiça: “Daí eu
869 vou, já de antemão, depois eu vou solicitar essas áreas para a gente analisar.” Resposta do
870 empreendedor Mauro Martins: “Ok, ok.”. Esgotadas as questões que foram apresentadas
871 a esta mesa, Senhor Pedro Mendes gostaria de levantar uma questão bem rapidamente: de
872 que, embora o que foi citado, inicialmente, pelo Doutor Juliano, desde o início da
873 Audiência, a ausência do grande público, da grande população de Rio Brillhante, também
874 houve a citação de que estariam presentes àqueles mais interessados e representantes
875 dessa população, através do Conselho e através da própria Promotoria e isso teve-se a
876 prova durante o debate, dos questionamentos chegados até a mesa, porque a maioria
877 absoluta foi trazida por representantes da sociedade e estabelecidos no Conselho
878 Municipal e através do Doutor Juliano que, em síntese, é o Curador de Meio Ambiente do
879 município. Foram perguntas de cunho bastante profícuo e que contribuem para o processo
880 que trazem à luz, uma série de questionamentos e de propostas que, por certo, devam ser
881 criteriosamente observadas pela equipe técnica ao longo da análise do processo de
882 licenciamento. A equipe técnica representada na Audiência pelo Engenheiro Everson
883 Sebastião Oliveira, que acompanha todo procedimento da Audiência, em nome da equipe
884 de análise do pedido de licenciamento. Em nome do Secretário, ele agradeceu,
885 especialmente, a presença do Conselho Municipal, através dos seus representantes e do
886 Doutor Juliano, representando o Ministério Público; agradeceu, também, a equipe de
887 consultoria, ao Senhor Mauro, em nome da empresa, a equipe de cerimonial através do
888 Senhor Quintino que, no primeiro bloco, se colocou dentro das conformidades exigidas
889 do tempo a ele destinado para apresentação dos seus trabalhos, de forma a clarear e trazer
890 luz a essa Audiência Pública; agradeceu a contribuição do colega Felipe que o
891 assessorou, secretariando a mesa e, por fim, desejou a todos que possam voltar aos lares
892 com a proteção de Deus. Em nome do Secretário de Meio Ambiente, Planejamento,
893 Ciência e Tecnologia, declarou encerrada a presente Audiência Pública, restituindo a
894 palavra ao cerimonial para fazer o fechamento. Senhor Quintino informou que a
895 Audiência foi uma realização da SEMAC e do IMASUL, o cerimonial esteve sob a
896 responsabilidade de América Comunicação e Eventos, agradecendo a presença de todos.
897 Eu, Maria José Alves Martins, Fiscal Ambiental do IMASUL, lavrei a presente ata, que
898 vai por mim assinada.